

REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO POLÍTICA DAS CAMADAS POPULARES

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento¹ - UEM

Esta comunicação tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a história política privilegiando alguns elementos que contribuam para entender a concepção política das camadas populares, bem como as suas formas de participação nos processos eleitorais. Sabe-se que há séculos inúmeros pensadores tem contribuído para a realização de uma profunda investigação sobre vários aspectos da arte de governar a polis; no entanto, a nosso ver, a discussão sobre a concepção e participação políticas das camadas populares ainda não faz parte das preocupações centrais dos historiadores do campo político, particularmente em nosso país.

Antes de prosseguir, convém salientar que a reflexão deste texto, em boa parte, se baseia na pesquisa que realizamos na nossa tese de doutorado sobre a eleição presidencial brasileira de 1989 na cidade de Maringá, intitulada *Olhar cotidiano sobre a política*. Uma das questões básicas que orientou esta investigação foi a tentativa de entender como votavam as pessoas pobres com baixo grau de escolaridade, que não faziam parte de nenhum partido, organização, sindicato ou militância política. Em outras palavras, pretendíamos saber o que orientava esses homens e mulheres no momento de dar o seu voto para um determinado candidato. Para tentar responder a estas indagações sentimos a necessidade de conhecer melhor a percepção dos sujeitos da pesquisa, ou suas visões de mundo, para citarmos uma noção bastante vaga e cômoda. Por esta razão, a nossa problemática central acabou por transcender a questão do voto propriamente dito, e objetivou conhecer o significado da política para as pessoas que não utilizam a linguagem do campo político profissional para se expressar, e nem sempre se baseiam nas suas categorias ou conceitos no momento de se relacionar com a chamada arte de governar.

No caso das fontes utilizadas para a realização da referida pesquisa, privilegiamos o trabalho com a história oral, entrevistando quinze depoentes de quatro bairros contíguos da cidade de Maringá, e realizamos pesquisas em dois jornais locais: O Diário do Norte do Paraná e O Jornal de Maringá, relativos ao ano de 1989. Também foi consultado, de forma complementar, os questionários com as amostras sobre a cidade de Maringá, de duas pesquisas nacionais de opinião pública do DataFolha, referentes ao ano de 1989, que investigaram razões de voto dos eleitores.ⁱⁱ

As discussões da pesquisa foram organizadas em seis capítulos, privilegiando, inicialmente, o contexto político, econômico e social em que ocorreu a eleição presidencial de 1989. No capítulo I, baseando-se na literatura que estudou esse período, fizemos algumas considerações sobre a transição política no Brasil, entre meados da década de 70 e o final dos anos 80. No capítulo II, realizamos uma síntese dos comentários da literatura que abordaram as razões da vitória de Fernando Collor em 1989 e, principalmente, procuramos analisar, através dos jornais de Maringá, o contexto em que ocorreu aquela eleição nessa cidade, e qual a imagem, ou traços de cultura política os entrevistados deixaram nas páginas da imprensa local. No capítulo III, discutimos a atuação da mídia na eleição de 1989 e na eleição municipal de 2000 em Maringá, dando prioridade para a percepção dos depoentes; em relação a 1989 também foi analisada as falas que algumas pessoas deixaram nos jornais da cidade sobre a cobertura midiática nessa eleição.

No capítulo IV, abordamos os valores, ou as imagens que os depoentes manifestaram a respeito do poder, da política/eleição, e de outros temas ligados à vida pública. No capítulo V, investigamos o saber cotidiano sobre a política. Com esse objetivo, procuramos conhecer as experiências de vida das pessoas, os locais/espacos e meios onde se informaram e formaram as suas opiniões em relação à vida pública. Além disso, discutimos alguns aspectos ou critérios utilizados na escolha do candidato na vida cotidiana. Finalmente, no capítulo VI, procuramos avaliar

as transformações que parecem ter ocorrido na cultura política, ou percepções sobre a vida pública, de alguns depoentes, entre 1989 e 2000.

As reflexões da pesquisa sobre as questões do campo político foram feitas com base nas contribuições teóricas e metodológicas da história social e cultural e do que poderíamos chamar, na falta de uma melhor definição, de história política renovada. Naturalmente não ignoramos a importância dos estudos clássicos sobre a política, - estamos a falar de uma disciplina que se constituiu como área de conhecimento ainda no início da era modernaⁱⁱⁱ - no entanto, no enfrentamento da problemática deste trabalho, privilegamos o diálogo com autores que estudam a arte de governar dentro de pressupostos mais inovadores, comparados à herança clássica. Assim sendo, se para Max Weber (1963, p.98), a política significa “a participação no poder, ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”, em nosso caso, estávamos mais interessados em saber o que os cidadãos comuns pensam de tudo isso, e como participam nesse processo, particularmente nos períodos eleitorais. Desse modo, o Estado e suas instituições, o Congresso Nacional, os partidos e os políticos profissionais não fizeram parte da nossa preocupação central; mesmo a eleição foi vista muito mais como um momento privilegiado para estudar a percepção política dos eleitores do que propriamente como um objeto a ser investigado em todos os seus mecanismos de funcionamento.

Durante muito tempo uma das razões de censura à história política tradicional se devia ao fato dela ser elitista e só se interessar pelas minorias privilegiadas, esquecendo-se do povo, ou das camadas populares; todavia, como bem observou Rémond (1996), hoje, essa crítica não se justifica mais contra uma história que pretende integrar todos os atores sociais no jogo político. Nesse sentido, ao invés das grandes batalhas, heróis e mitos nacionais, reconhece-se a importância de se estudar os personagens anônimos e os grupos sociais marginalizados das instâncias de poder. Assim, seguindo essas novas abordagens, neste trabalho, procuramos

investigar a imagem ou a concepção que os populares possuem da política/poder, dos políticos, dos partidos, e da vida pública em geral.

Nesse quadro, a representação política, entendida como o exercício do poder por uma ou mais pessoas no lugar dos governados, ou, mais precisamente, a democracia representativa moderna, foi pensada na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (1989), a qual se aproxima dos nossos pressupostos a respeito desse assunto. Trabalhando com a noção de campo político, entendido como campo de forças e das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, Bourdieu argumenta que a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é substancialmente favorecida pelo desapossamento econômico e cultural da grande maioria. Por essa razão, a atividade política se torna o monopólio de um pequeno grupo de profissionais. Essa desigual distribuição dos instrumentos de representação do mundo social faz com que a política seja descrita na lógica da oferta e da procura. Dessa forma, os produtos políticos gerados pela concorrência entre os profissionais do campo político: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos devem ser escolhidos pelos seus cidadãos com menor escolaridade, reduzidos ao estatuto de consumidores, cuja probabilidade de mal entendido é tanto maior quanto mais estiverem afastados do lugar de produção desses conceitos e significados.

A nosso ver, não é só a falta de educação formal que gera esse “mal entendido”, e nem sempre os cidadãos das camadas populares consomem esses produtos políticos de forma passiva, mas a reflexão de Bourdieu é importante para nos mostrar que a atividade política, entendida como ciência ou arte de dirigir os negócios públicos, ao se transformar em um conjunto de regras, conceitos e rituais, distanciou-se muito da vida cotidiana das pessoas comuns e acabou por constituir um campo fechado, praticamente inacessível para a maioria dos cidadãos que não são políticos profissionais e nem militantes.

Analisando as nossas fontes, tanto orais quanto escritas, sobre a eleição presidencial brasileira de 1989, encontramos fortes evidências de que os homens e mulheres que não dominam a linguagem do campo político profissional, e entre eles até mesmo pessoas com curso superior, geralmente falam e participam da política utilizando-se de códigos de saberes, princípios e critérios alheios àqueles consagrados pelo pensamento letrado. Tudo se assemelha ao encontro de universos muito distintos, e os períodos eleitorais são momentos privilegiados para estudar esse processo. Provavelmente essa deve ser uma das principais razões pelas quais muitas vezes o voto e o comportamento dos populares em relação à política não são explicados a partir de categorias ou conceitos próprios desse campo. Como o próprio Bourdieu (1987) observou, em outro texto em que discutia a questão da opinião pública, as pessoas podem engendrar respostas para diferentes problemas a partir de um sistema de valores implícitos, interiorizados desde a infância.

Acreditamos que no momento de ir às urnas as pessoas mobilizam saberes e percepções elaborados em meios muito distintos daqueles mais específicos do campo político. Assim, a simpatia pelo candidato, a crença em valores éticos e morais, o sentimento de gratidão, ambos, ao que parece, inspirados na religião, são alguns dos elementos utilizados pelos eleitores analisados na hora de votar. Além disso, em alguns casos, nem a busca de um favor pessoal pode ser descartada como razão do voto. Raros são aqueles que se guiam por orientação partidária ou por ideologia quando participam da política. Observamos também que nem todos os pontos de um programa de governo são corretamente compreendidos por alguns eleitores.

Assim sendo, é possível afirmar que dificilmente iremos conhecer a concepção política das camadas populares, se nesta investigação utilizarmos apenas conceitos ou categorias que ignoram o saber cotidiano. Como bem observou Patrick Champagne (1996, p.36), o mundo político não é apreendido por todos a partir das categorias de percepções peculiares à política; pode haver política que venha a se exprimir por

palavras diferentes daquelas utilizadas pelos seus profissionais. Logo, não podemos atribuir a todos os esquemas de pensamento desse campo. Concordamos, portanto, com Champagne sobre a necessidade de situar os comportamentos e discursos dos agentes sociais em relação às concepções através das quais a política é percebida, e que estão longe de serem idênticas às dos cientistas políticos.

Desse modo, pensamos que para entender como o cidadão comum participa da política, não é suficiente constatarmos que o baixo grau de instrução ou de informação contribui para os seus “erros” ou “despolitização”; se assim fosse, teríamos de explicar porque pessoas com curso superior e acesso à informação não dominam adequadamente o conhecimento sobre a política. Naturalmente não devemos negar a relevância desses elementos: grau de escolaridade e informação; mas, para apreendermos melhor essa problemática, devemos levar em consideração que o homem comum tem como instrumento básico de percepção, as referências da vida cotidiana; esse universo e o campo político, enfatizamos, operam com códigos de conhecimentos muito distintos. Dessa forma, na vida do dia-a-dia os produtos do campo político são apropriados por registros diferentes daqueles que são inerentes a essa instância de poder. Mesmo para as pessoas das camadas populares que não desconhecem certos elementos do pensamento letrado, ou da ciência política, ainda assim, na hora do voto, normalmente elas mobilizam valores éticos/morais, religiosos, que constituem uma outra maneira de se relacionar com a esfera pública. Por esse motivo, pensamos que, em grande parte, é isto que produz os resultados “inesperados” das eleições. Dito de outra forma, e talvez carregando demasiadamente no argumento para ilustrar nosso raciocínio, tudo se passa como se nos momentos eleitorais dois universos distintos, saber cotidiano e campo político, se encontrassem de forma mais explícita; os rumos da votação – além do contexto político, econômico e social de cada eleição – em boa parte, resulta do diálogo estabelecido no passado e no presente entre esses dois campos.

É importante frisar que alguns conceitos ou categorias do campo político moderno foram elaborados pelo pensamento letrado, cujos cânones não orientam a vida do dia-a-dia de grande parte dos homens. Para estes, não ocorreu um total desencantamento do mundo, como esperava Max Weber (1963). Quando o assunto é a política, ainda existe muita gente esperando que Deus toque o coração do governante, ou ilumine suas ações. No entanto, devemos observar que, muitas vezes, uma boa parte do pensamento letrado trata essas atitudes tão comuns na vida cotidiana das pessoas meramente em termos de desinformação, obscurantismo, ou como a noite escura dos tempos à espera da iluminação. Desse modo, concordamos com de Certeau (1994, p.136-140), quando argumenta que as práticas e atitudes da vida cotidiana são tratadas por muitos estudiosos como se estivessem à espera de um saber “esclarecido” que lhes falta.

Evidentemente que se pensarmos a cultura como um campo de forças para o estabelecimento de valores, ou um sentido hegemônico a respeito das relações políticas, econômicas e sociais, na perspectiva de Raymond Williams (1979), parece plausível acreditarmos que através do processo de convivência com eleições, partidos e outras instituições públicas, as camadas populares vão se familiarizando com essas questões; mas o grau e a aceção em que ocorre a apropriação desses produtos políticos nem sempre recebem a devida investigação. Acreditamos que essa incorporação, com frequência seletiva, não se faz dentro dos parâmetros imaginados por muitos estudiosos do tema. É por essa razão que uma das orientações básicas do nosso trabalho se inspira no pressuposto de que o procedimento mais adequado para estudar essa problemática é procurar entender como as pessoas que não utilizam as linguagens do campo político para se expressar percebem, compreendem a política e todas as questões relativas à vida pública a partir das suas experiências e concepções.

Nesse sentido, mesmo sabendo que corremos o risco de concluir esta discussão com truísmo, insistimos na idéia de que não adianta analisarmos as camadas populares baseando-nos somente nas categorias ou saberes do pensamento letrado sobre a política; se assim o fizermos, provavelmente muito pouca coisa iremos encontrar, além dos nossos próprios conceitos ou preconceitos.

ⁱ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em história social pela PUC/SP. Fone – (xx44) 3226 9454. E-mail: lmiguel@wnet.com.br

ⁱⁱ As nossas concepções sobre as pesquisas de opinião pública estão mais explicitadas no artigo: NASCIMENTO, Luiz Miguel do. A história e as sondagens de opinião pública: apontamento para uma discussão metodológica. In: ROLIM, Rivail Carvalho, PELEGRINI, Sandra Araújo & DIAS, Reginaldo Benedito, (orgs.). História, espaço e meio ambiente. Maringá – ANPUH-Pr. 2000. P. 297-314.

ⁱⁱⁱ Existe um consenso de que Maquiavel estabeleceu as bases do pensamento político moderno quando distanciou-se da escolástica medieval, e, à semelhanças dos renascentistas, procurou fundar uma nova ciência baseada na investigação empírica; o objeto das suas reflexões seria a realidade política pensada como prática humana concreta, cuja ênfase seria focada no poder do Estado. Com esse procedimento, ele fundamentou o conhecimento secular e autônomo do político, separado da ética e do direito. MARTINS, Carlos Estevam. Vida e obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe - escritos políticos. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1999. P. 16-17 (Os Pensadores).